Ser professor: identidade histórica que se constrói no desempenho de papéis Being a teacher: a historical identity that is built by playing roles

Maria Gladis Sartori Proença* Lucrécia Stringhetta Mello**

- * Doutoranda em Educação na UFMS. Professora Mestre da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS e bolsista da Fundect. Rua Quintino Bocaiúva n. 1093, Dourados, MS. E-mail: m.gladis@uol.com.br.
- ** Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul UFMS e integrante do Departamento de Educação do Campus de Três Lagoas/UFMS. Av. Capitão Olinto Mancini n. 1622, Três Lagoas, MS. E-mail: Ismello@ceul.ufms.br.

Resumo

Este artigo aborda a temática da identidade docente, considerando-a num movimento dialético decorrente dos vários papéis que se assumem ao longo da vida. Autores como Ciampa (1987), Freire (1993), Pereira (1996), Libâneo (2005) articulam a evolução dos conceitos e discussões nos estudos sobre a temática. Os metaestudos, balanços ou tendências oferecem formas de realizar investigações, fundamentos e análises, como o trabalho de Nóvoa (1995) e Mello (2004). Este texto aborda a questão da conceitualização de identidade e os elementos constitutivos do ser professor. O professor faz parte do contexto histórico, mas está sendo levado a pôr em segundo plano seus projetos educativos. É essencial concretizar seus projetos pessoais e profissionais, que podem ser instrumentos de transformação do que está posto na sociedade.

Palavras-chave

Formação docente. Identidade. Representação social.

Abstract

This paper analyzes the theme of teachers' identity in a dialectic movement, which results from the several roles they play along their history. Authors such as Ciampa (1987), Freire (1993), Pereira (1996), Libâneo (2005) have enabled to understand how the concepts and discussions on the theme have been developing. The meta-studies, surveys, or tendencies offer different ways to conduct investigations, fundaments and analyses, such as the works of Nóvoa (1995) and Mello (2004). This paper focuses on the task of conceptualizing identity and the constitutive elements of being a teacher. Teachers are inserted in a historical context and are being conditioned to put their educative projects aside. It is therefore vital for teachers to take over their personal and professional projects, possible instruments for the transformation of society.

Key words

Teacher formation. Identity. Social representation.

Introdução

A investigação sobre a escola, seu cotidiano, seus processos de gestão e seus atores tem crescido significativamente nos últimos anos. Tais estudos referem-se às situações reais em que ocorrem os processos e os trabalhos, tendo em vista os desafios sociais e políticos no boio dos quais se encontra a problemática do conhecimento, foco de preocupação da sociedade, dos empresários, da escola e de outros cenários. Ainda que por motivo marcadamente econômico, o fato é que tal contexto apresenta, para as escolas, questões centrais sobre o conhecimento para todos que nela se formam. Embora sejam vários os desafios, tratamos agui daguele relacionado com o professor, focalizando suas práticas, sua formação, sua identidade como profissional que atua no ensino e, portanto, na produção do conhecimento.

A intenção deste texto é a de olhar a identidade do professor sob a perspectiva do pedagogo formador, tendo em vista que sua atuação reflete no desempenho de outros profissionais responsáveis por disseminar conhecimentos. Assim, o balizamento da pesquisa começa considerando os professores como sujeitos do ato de conhecer seu próprio trabalho e a possibilidade de usar tal conhecimento. Assim, a preocupação com o ser docente originou este artigo como um primeiro passo para iniciar a pesquisa voltada para as dificuldades de como se produz a identidade de um professor. Apresentamos uma reflexão sobre o que é ser professor e o que faz com que ele se diferencie de outros profissionais;

sobre as atividades que realiza e que lhe dão uma identidade; sobre como é percebido como educador nos tempos e nos espaços do seu dia-a-dia.

Na qualidade de professora, não fica difícil escrever sobre o que é esse qualitativo identitário de ser. É possível detectar, naquilo que o outro mostra, ao falar, no modo como gesticula, nas lições com que tenta ensinar os outros, a identidade de professor. É comum, também, quando se pergunta sobre o significado da docência, que os professores enunciem alguns atributos que consideram como necessários e suficientes para conceituar essa atividade, levando o interlocutor a generalizar. Por isso, aparece a docência como o indicador desse fazer profissional, ou seja, da identidade docente.

Mas, e os estudiosos, o que dizem? O campo da identidade é vasto e tem sido objeto de estudo da Psicologia Educacional e Social, da Sociologia, da Antropologia, da Filosofia, dada a importância que esse tema apresenta para a compreensão dos sujeitos e do seu posicionamento no mundo.

Para nos auxiliar nesse processo reflexivo, valemo-nos de alguns autores que tratam da identidade e da condição de ser professor como construção histórica dialética, que se constitui para além do biológico, ou seja, pela natureza social e histórica que possibilita a hominização. Trabalhar com o conceito de identidade não é tarefa fácil, devido à complexidade de conceitualização. Assim, num primeiro momento, o texto faz algumas considerações sobre o campo conceitual e, posteriormente, aborda os elementos constitutivos do ser

professor, nos papéis que, historicamente, vem representando.

Algumas proposições no campo conceitual

É comum a descrição superficial das características pessoais. Se formos refletir quem somos, na essência, dificilmente teremos tranquilidade e conhecimento para fornecer uma resposta completa. A concepção de identidade pode ser entendida, segundo o dicionário, como: "os caracteres próprios e exclusivos de uma pessoa: nome, idade, estado, profissão, sexo etc." (AURÉ-LIO, 2001 p.371). No entanto, se ampliarmos o escopo da compreensão, encontraremos aspectos sociais, históricos e subjetivos do ser humano que acrescentam um qualitativo diferenciado conforme o grupo em que está inserido, o trabalho que exerce. Assim, a identidade da pessoa ultrapassa a simples carteira de identificação.

Segundo Ciampa (1987, p.64), também não satisfaz a representação que a pessoa faz de si mesma. Ele afirma: "faz-se necessário refletirmos sobre como um grupo existe objetivamente: através das relações que estabelecem seus membros entre si e com o meio onde vivem, isto é, pela sua prática, pelo seu agir [...] agir, trabalhar, fazer, pensar, sentir, etc". Para o autor, a representação que faço de minha identidade é pouco para responder o que é a identidade, uma vez que deixa de lado os aspectos constitutivos de produção, bem como as implicações recíprocas desses dois aspectos.

Dizer que a identidade de uma pessoa é um fenômeno social e não natural é aceitável pela grande maioria dos cientistas sociais [...] Com efeito, se estabelecermos uma distinção entre o obieto de nossa representação e a sua representação, veremos que ambos se apresentam como fenômenos sociais [...] Não podemos isolar de um lado todo um conjunto de elementos- biológicos, psicológicos, sociais, etc. que podem caracterizar um indivíduo, identificando-o, e de outro lado a representação desse indivíduo como uma duplicação mental ou simbólica, que expressaria a sua identidade. Isso porque há uma interpenetração desses dois aspectos, de tal forma que a individualidade dada já pressupõe um processo anterior de representação [...] (CIAMPA, 1987, p.65).

O pertencimento como membro de uma família incute em nós uma determinada representação dada pelas características daquele grupo familiar. Não se podem negar as condições biológicas do ser humano. Contudo, além da natureza biológica, existe a natureza social e histórica do homem, que produz sua hominização.

Retomando a questão da história, Ciampa (1987, p. 68) afirma que:

> Esta é a progressiva e contínua hominização do homem, a partir do momento que este, diferenciando-se do animal, produz suas condições de existência, produzindo-se a si mesmo conseqüentemente [...] A História [...] como a entendemos, é a história da autoprodução humana, o que faz do homem um ser de possibilidades, que compõem sua essência histórica.

Complementando o conceito, Morettini (2000) esclarece que essa apropriação realiza-se por meio do movimento dialético que acontece desde o nascimento do homem.

Dentre outros, Erikson (1976) chama a atenção para a identificação inicial gerada no encontro da mãe com seu bebê. Essa é a primeira interação e, a partir daí, inicia-se um processo de diferenciações e de identificações que vão aumentando em círculos cada vez mais amplos, à medida que a pessoa vai se inserindo em outros grupos que não o familiar. O autor entende esse processo como uma realidade gestáltica e não como a soma de todas as identificações já feitas.

Para compreendermos a identidade na totalidade, faz-se necessário compreender o mundo e a humanidade em movimento, com suas contradições. Ao mesmo tempo em que o ser tem características que o individualizam, também possui as que o universalizam. A minha individualidade existe porque faço parte do meu grupo social que, ontogenética e filogeneticamente, é mutável e passa por transformações. Conforme Ciampa (1987, p. 61):

Podemos imaginar as mais diversas combinações para configurar uma identidade como uma totalidade. Uma totalidade contraditória, múltipla e mutável, no entanto una. Por mais contraditório, por mais mutável que seja, sei que sou eu assim, ou seja, sou uma unidade de contrários, sou uno na multiplicidade e na mudança.

Diante dessas considerações, percebemos que não podemos isolar todo um conjunto de elementos biológicos, psicológicos, sociais que caracterizam um indivíduo, identificando-o. O isolamento é impossível porque há como que uma interpenetração desses dois aspectos, de tal forma que a individualidade dada ao sujeito já pressupõe um processo anterior de representação que faz parte da constituição do indivíduo representado.

A família é que nos dá o nome. Nosso nome ou prenome nos diferencia dos demais, enquanto o sobrenome nos iguala. Assim, nossa primeira noção de identidade se dá pela diferença e pela igualdade. O sobrenome significa que pertencemos a um determinado grupo, com suas características peculiares, o que torna impossível separar o eu individual do eu coletivo. Portanto, nossa identidade é una e múltipla ao mesmo tempo. Cada grupo social tem sua memória, que vai influenciando as memórias individuais e, assim, vamos nos constituindo pessoas.

Goffman (1975) toma a explicação de Park (1950) ao afirmar que, em sua acepção primeira, a palavra pessoa quer dizer máscara e que todo homem está sempre, e em todo lugar, mais ou menos conscientemente, representando um papel. Ele afirma que é justamente nesses papéis que nos conhecemos uns aos outros e que nos conhecemos a nós mesmos. Portanto, como essa máscara representa a concepção que formamos de nós mesmos, ela é o nosso verdadeiro eu.

Ao escrever **A estória do Severino e a História de Severina**, Ciampa (1987) mostra que a identidade vai sendo construída ao longo da vida e que, pela história que vive e pelos papéis que vai exercendo, a pessoa vai adquirindo várias identidades.

Segundo relata em sua estória, por baixo da aparência, há um ser humano em constante transformação. Há metamorfoses que se concretizam, em cada momento de uma forma específica, dadas as condicões históricas e sociais determinadas. A identidade é movimento e não deve ser vista apenas de modo científico e acadêmico, mas, sobretudo, como uma questão social e política. O nome não é a identidade, é uma representação dela. O autor destaca que, para estudar o homem, é preciso considerar três categorias: atividade, consciência, identidade.

Se há um fazer, uma atividade na qual emerge o poeta (personagem da sociedade), há o sujeito da ação que executa a obra, em geral a história. A língua, invenção anônima e coletiva, passa a ser, na obra, um discurso, uma invenção assinada que, ao ultrapassar o individual, espelha o espírito coletivo. Assim, diz o autor, "personagens vão se constituindo umas às outras, no mesmo tempo que constituem um universo de significados que as constitui" (CIAMPA, 1987, p.154).

Ciampa, ao afirmar que identidade é história, quer dizer que não há personagens fora de uma história, assim como não há história humana sem personagens. É a estrutura social mais ampla que oferece os padrões de identidade. Ao comparecermos diante de alguém, nós nos representamos. Nós nos apresentamos como representantes de nós mesmos. Com isso, estabelecese uma intrincada rede de representações que permeia todas as relações, em que cada identidade reflete outra identidade.

Concordamos com Ciampa quando diz que o homem é um ator e não uma marionete. É participativo, ativo e solidário de uma produção coletivamente realizada. Assim, somos todos co-criadores e, nessa criação, construímos nossas personagens, personagens que vão se construindo uma

às outras, constituindo, ao mesmo tempo, um universo de significados que, por sua vez, nos constitui, "o singular materializa o universal na unidade do particular". (idem ibidem p. 213).

É preciso conhecer as tendências a e as possibilidades contidas no real para que o interesse da razão, que é a autoconservação da espécie, possa saber e agir. A atividade prática do homem deve servir ao interesse racional e não à razão interesseira, conhecendo as tendências concretas perceptíveis no desenvolvimento onto e filogenético, de modo a buscar transformações das possibilidades concretas. Isso posto, compreende-se que a identidade humana será sempre, antes de tudo, uma questão política.

Vínculos constitutivos da identidade docente

Ainda é muito presente na sociedade e no meio escolar a concepção inatista de ser professor, ou seja, vê-se a prática do magistério como uma vocação e que o bom professor é aquele que nasce com esse dom. Discordando dessa ideia, concordamos com Freire (1993), quando diz que não nasceu marcado para ser professor, foi se tornando professor no corpo das tramas, na reflexão sobre a ação, na atenta observação das práticas de outros sujeitos, na leitura persistente, pela crítica de textos teóricos e na aceitação de que na vida não há imobilidade.

Em contraponto à ideia do determinismo, da identidade de ser professor, podemos levantar alguns questionamentos:

será o professor autor e personagem da sua história? Será que o professor tem sido apenas personagem de histórias criadas por outros autores? Quem é o autor, quem é o personagem na vida dos professores?

Podemos, aqui, fazer uma analogia com Ciampa (1987, p. 60), quando se utiliza das metáforas autor e personagens para explicitar o seu entendimento sobre o conceito de identidade. Ele afirma:

> Se você é a personagem de uma história. quem é o autor dessa história? Se nas histórias da vida real não existe o autor da história, será que não são todas as personagens que montam a história? Todos nós - eu, você, as pessoas com quem convivemos - somos as personagens de uma história que nós mesmos criamos, fazendo-nos autores e personagens ao mesmo tempo. Com esta afirmação já antecipamos o que se poderia dizer caso nos consideremos o autor que cria nossa personagem; o autor mesmo é personagem da história. Na verdade, assim, poderíamos afirmar que há uma autoria coletiva da história: aquele que costumamos designar como 'autor' seria dessa forma um 'narrador'. um 'contador' de história.

Transportando as ideias do autor para a questão da identidade docente, observa-se que nós, na coletividade, construímos nossa identidade e a história da humanidade. Geralmente, na escola, a história da humanidade é contada de maneira tão distante que não percebemos que ela foi construída por homens que viveram concretamente, em um período de tempo e espaço, e que, neste momento, nós também estamos construindo uma história. O autor diz que somos autores e personagens, ao mesmo tempo.

O fato de passar por um curso de formação não faz com que alguém venha a ser professor, assim como também não o é apenas pelo fato de ser contratado por uma escola ou Universidade. Segundo Pereira (1996, p.22), "Vir a ser professor é vir a ser algo que não se vinha sendo, é diferir de si mesmo" [...] "Vir a ser professor é uma diferença que o sujeito produz culturalmente, num dos seus inumeráveis movimento de constituição no mundo [...]".

O autor afirma que, ao referir-se ao sujeito ou professor, estará sempre se referindo ao sujeito-em-prática, dentro de um extrato social, dentro de uma coletividade:

A potencialidade do sujeito pode resultar numa escolha: é a zona virtual produzida pelo entrecruzamento de diferentes vetores de forças, portanto, está em constante processo de devires que poderão ser atualizados. Ter vindo a ser professor, estar sendo professor é a atualização de uma dentre inúmeras potencialidades que perfazem o campo da subjetividade [...] (PEREIRA, 1996, p.22).

Em vista dessas palavras, percebemos que existe uma concordância entre os conceitos de Freire (1993), Pereira (1996) e Ciampa (1987) em relação à mobilidade da vida, o que torna impossível aceitar que nascemos para sermos professores e que a identidade de ser professor já se encontrava predefinida desde o nosso nascimento.

Mediante esses pressupostos, vemonos fazendo a seguinte reflexão: O que é ser professor nos dias atuais, em que as emoções e os sentimentos humanitários, parte constituinte do processo de ensinar, estão sendo trocados por interesses de mercado devido a uma política de educação voltada para a questão financeira do mundo globalizado, sendo o produto mais importante que o homem? Como o professor está convivendo com essas questões? Como ele representa sua identidade de ser professor?

Os estudos sobre identidade e representação social têm permitido pesquisar e analisar inúmeras temáticas sociais, como as questões relacionadas à saúde, à raça, ao gênero, à educação, à identidade de alunos, de professores e uma infinidade de outros fenômenos. Na área da educação, as representações sociais contribuíram para a compreensão de como os fatores sociais agem no processo educativo e influenciam seus resultados.

Para estudar qualquer aspecto do universo cotidiano com a abordagem das representações sociais, Dotta (2006) considera que devemos atentar para o fato de que não existe uma ruptura entre o universo exterior e o universo do indivíduo ou do grupo e que sujeito e objeto não são absolutamente heterogêneos em seu campo comum. Nessa fala de Dotta, devemos entender que, para ser o que estou sendo, preciso, necessariamente, do grupo ao qual pertenço. Percebemos, aí, os princípios da pertença e da alteralidade da identidade do sujeito.

A alteralidade pode ser entendida como:

[...] produto de um duplo processo de construção e de exclusão social; sua abordagem deve compreender, de maneira conjunta, os níveis interpessoal e intergrupal, dado que a passagem do próximo ao alter supõe o social, através da pertença a um

grupo que sustenta os processos simbólicos e materiais de produção da alteralidade (JODELET,1998, *apud* SOUZA 2002, p.292).

Moscovici (2003, p. 91) afirma que pessoas e grupos criam representações sociais através das interações, ao se comunicarem e ao cooperarem uns com os outros. O seu caráter é revelado em tempos de crise, quando um grupo, ou suas imagens, estão passando por mudanças. Para ele,

São momentos em que as pessoas estão mais dispostas a falar, as imagens e expressões são mais vivas, as memórias coletivas são excitadas e o comportamento se torna mais espontâneo. Os indivíduos são motivados por seu desejo de entender o mundo cada vez mais não familiar e perturbado.

Não são raras as vezes que temos ouvido falar do mal-estar presente na vida dos professores em enunciadas crises, por se verem negados como sujeitos que têm uma história de vida e de experiências, que sonham, pensam e têm projetos. Diante do fato, vão deixando de se reconhecerem no que fazem e vão se tornando seres que apenas executam ações, muitas vezes destituídas de significados para si mesmos e também para aqueles com quem se relacionam.

As escolas, principalmente as públicas, apesar do discurso oficial de estarem sendo valorizadas, com a instalação de computadores, são mal conservadas em sua estrutura física, a mesmice impera e os alunos, como consequência, também se tornam apáticos e desinteressados. Parece, pelo discurso oficial, que a valorização da escola se dá simplesmente pela introdução da informática. Será que não estão incuti-

das a valorização do professor e outras questões?

Assim, para compreender esse processo, é preciso analisar o que é ser professor, levando em consideração os aspectos singulares e os aspectos universais que ocorreram a partir do movimento da história e da constituição de sua identidade. Trabalhar com as representações sociais é buscar respostas com os próprios professores.

No decorrer do movimento da história, o professor foi sofrendo um processo de desvalorização na sua singularidade e na universalidade. Sua profissão tem sido, por alguns, considerada como semiprofissão. Tal sentimento o tem desmotivado na busca de melhorar sua atuação. Libâneo (2005) vê a necessidade de se resgatar a profissionalidade do professor.

Mello (2004) afirma que o autoconhecimento não visa somente à restauração da identidade de ser professor, mas contribui para o reconhecimento de que os diversos universos deixam marcas pessoais ou traços identitários que constituem a historicidade do ser. Historicidade marcada pela incompletude, uma vez que o ser humano dificilmente chegará à totalidade de ser. Diante dessa consideração, a autora ressalta que:

Os que trabalham em educação [...] podem desenhar-se neste espaço, traçando o seu perfil enquanto professores e, como conhecimento estético de si, chegar a uma performance singular de universos entrelaçados que construíram a sua existência nesta situação de vida. (MELLO, 2004, p.107)

Nessa busca da recuperação da imagem e constituição da identidade docente,

vários movimentos e pesquisas surgiram. Temos em Nóvoa (1995) um exemplo, quando mostra que os estudos da profissão docente têm sido marcados por uma separação entre o eu pessoal e o eu profissional.

Ele se posiciona contra essa ideia e afirma que a maneira como cada professor ensina está diretamente ligada àquilo que o professor pensa, sente, vive, ou seja, aquilo que ele é como pessoa. De acordo com Nóvoa, é impossível separar o eu professor do eu pessoa.

Em relação a separar o eu profissional do eu pessoal, recordamo-nos dos estudos de Bosi (1994), ao dizer que as nossas ideias não são originais. Elas foram inspiradas nas conversas que tivemos com os outros e, no decorrer do tempo, passam a ter uma história dentro da gente que nos acompanha por toda nossa vida, em tudo o que fazemos e acreditamos. Portanto, as concepções pessoais de cada professor estão imbricadas no seu eu profissional e, na maioria das vezes, influenciam nossa prática pedagógica em sala de aula, positiva ou negativamente, além dos outros fatores já descritos neste estudo.

Historicamente, os docentes vêm sendo impulsionados a adotarem as concepções de educação e prática pedagógica ditadas pelas acepções de diferentes grupos sociais dominantes da sociedade que, geralmente, ditam normas, currículos, modos de avaliação, sem a discussão dessas práticas pelos professores. De tempos em tempos, são-lhes impostos vários tipos de personagens, ora tradicionais, escolanovis-

tas, progressistas, rogerianos, construtivistas, e assim por diante. Assim, vão representando os seus papéis.

Nessa questão, como diz Sacristán (1998), os professores não são convidados a estudar em profundidade os conhecimentos que são chamados a reproduzir, nem as estratégias pedagógicas e seu significado.

Geralmente, a prática pedagógica é entendida somente como as ações de ensino do conteúdo que se realizam em sala de aula. No entanto, faz-se necessário ressaltar que esse conceito é muito mais amplo, porque existe anteriormente à escolaridade formal de uma dada sociedade. Consideramos que, no encontro de apenas duas pessoas, estabelecemos um diálogo educativo e, nesse diálogo, já está presente a prática pedagógica.

A prática pedagógica a que se refere este trabalho é aquela que não dissocia teoria e prática, que apresenta indicadores para uma prática transformadora e exige a compreensão do ato pedagógico em todas as suas dimensões. Devem-se considerar os aspectos humanos, epistemológicos, políticos, éticos e estéticos da educação e superar a visão meramente técnica do trabalho docente, pela construção de uma nova metodologia. Ao mesmo tempo, propõe a articulação dos conteúdos de ensino e dos métodos com as técnicas utilizados em sala de aula em direção aos objetivos formativos que se pretendem atingir com a ação educativa.

Outra questão que ocorre nas escolas diz respeito às intervenções do corpo administrativo e dos diferentes profissionais que não conseguem convergir e se articular em torno de um projeto educativo comum. Apesar de algumas pouquíssimas escolas, nas suas singularidades, terem conseguido um pequeno avanço, ainda impera a fragmentação das atividades, como se cada segmento fosse autônomo para executar algumas ações sem o conhecimento da comunidade escolar.

Kramer e Souza (1994) afirmam que alunos e professores são, cada vez mais, impedidos de deixar marcas, ou seja, serem autores de sua própria história, como aprendizes e educadores. Os sujeitos são arremessados para fora do palco onde representam seus papéis.

As autoras enfatizam a necessidade de trazer as vozes desses sujeitos, deixá-los falar, porque não é de qualquer fala que a escola necessita. A fala de que a escola necessita não é esvaziada de sentido, mas carregada de historicidade, de experiências. Além do aspecto científico, é imprescindível que estejam preenchidas de poesia, de humor, de riso, de emoções e até mesmo de ironia.

Assim, trabalhar com as representações sociais é possibilitar aos professores expressarem suas construções simbólicas que levam as marcas do tempo, do espaço e das relações que definem e articulam as diferentes partes da totalidade social na qual se opera.

Severino chama a atenção para o fato de que:

A superação da fragmentação da prática da escola só se tornará possível se ela se tornar o lugar de um projeto educacional entendido como o conjunto articulado de propostas e planos de ação com finalidades baseadas em valores previamente explicitados e assumidos, ou seja, de propostas e planos fundados numa intencionalidade. Por intencionalidade está se entendendo a força norteadora da organização e do funcionamento da escola provinda dos objetivos preestabelecidos. (SEVERINO, 1998, p. 39)

Nessa perspectiva, entendemos a escola como um campo de forças que, através de seu Projeto Educativo Coletivo, possa superar as ações isoladas, fragmentadas e se direcionar para a realização de propostas educativas em que professores, pais e alunos possam falar, sorrir, sonhar e articular seus projetos pessoais e existenciais ao projeto mais amplo da sociedade para que a escola possa, de fato, cumprir com a sua função social.

De acordo com Libâneo (2005, p. 64), "na última década da educação brasileira veio ocorrendo um paradoxo. A sociedade foi se tornando cada vez mais pedagógica, enquanto a quantidade e a qualidade [...] foram diminuindo"

De fato, percebe-se que hoje, em tempos de neoliberalismo, se fala muito em qualidade no ensino. Mas que qualidade é essa? Frequentemente ouvimos, nos meios de comunicação, que as escolas estão sendo equipadas com computadores, TVs, vídeos, para contribuir com a melhoria da aprendizagem dos alunos. Não resta dúvida de que são meios importantes, que auxiliam os professores na sua tarefa de ensinar, mas somente a presença e o auxílio desses instrumentos não garantem uma aprendizagem de boa qualidade.

A realidade mostra-nos que, com algumas exceções, a escola publica brasileira está longe de oferecer a todos os alunos as tecnologias para o auxílio na aprendizagem. Não existem, por parte do governo, políticas de formação que possibilitem aos professores dominarem a máquina para que a informática seja um aliado da prática pedagógica do professor. Não resta dúvida de que reduzir a qualidade do ensino ao aparato tecnológico é, minimamente, desconsiderar todas as possibilidades de aprendizagem do ser humano e atrelar a escola ao setor produtivo do capitalismo.

Considerações finais

Observamos que a temática da identidade é importante para refletir sobre a recolocação do sujeito no universo profissional em que escolheu atuar, permite um conhecimento de si, como sujeito histórico, social, político e aponta as perspectivas de sua identificação como único, pelas diferenças que o tempo faculta no processo contínuo de transformação pessoal.

Diante disso, procuramos articular os conceitos de identidade e de representação social, perante a constituição da profissão docente como processo dialético mediante o movimento que vai se engendrando nas relações sociais de uns com os outros e constituindo-se na história individual e social.

Em relação à representação de ser professor, cabe a nós refletirmos sobre até que ponto se consegue fazer aquilo que pensamos ou em que acreditamos, pois estamos envoltos por diversas pressões sociais, sabiamente colocadas pelas imposições das políticas educacionais que passam a extorquir condutas que o professor não ajudou a projetar.

Sabe-se que vários fatores levam à desvalorização dos profissionais da educação, entre eles os baixos salários, o desrespeito por parte aluno, a precariedade de sua formação, as precárias condições de trabalho. São fatores que deixam marcas na formação de sua identidade. Muitas vezes percebemos, por parte do professor, um profundo sentimento de impotência para a realização de seu trabalho. Se perguntarmos às pessoas o que é ser professor, a maioria responderá que é uma profissão difícil, importante, mas pouco valorizada pela sociedade.

Alguns excertos podem ilustrar nossa afirmação: "Ser professor [...] difícil não? Muito importante, porém pouco valorizada pelos governantes [...] Os alunos não respeitam [...]" (advogada). "É, hoje não é fácil ser professor [...] É importante, mas não tem aquela consideração de antes. Sei disso porque minha esposa é professora. O professor de hoje não tem mais valor como antes" (dentista). "Ser professor é viver estressado" (aluno do Curso de Veterinária).

Este breve estudo permitiu duvidar de toda concepção de homem, fatalista, de caráter mecanicista, cuja identidade já está determinada pelas condições genéticas, por um destino predeterminado. Uma ilustração para elucidar o foco contido na frase: "Quem nasceu para ser bandido, será bandido".

O que foi escrito, neste texto, permitiu entender que o homem não está fora de seu contexto histórico, uma vez que ele próprio produz história. Não podemos negar que as diferentes formas de identidades não estão dissociadas da ordem social existente. O fato de vivermos sob a égide do capitalismo impele-nos para sermos um mero suporte para o capital, destituídos da condição de sujeitos participativos. Apesar de tudo isso, terminamos este artigo buscando apoio, mais uma vez, em Paulo Freire. Ele afirmou que estamos num constante devir e, se estamos nessa condição, por mais árdua e desigual que seja a luta, podemos lutar por nossos ideais, em busca de uma educação de melhor qualidade, de valorização do ser humano, pela não aceitação de imposições ideológicas, como se fôssemos homens vazios de pensamentos, intencionalidades e projetos para o futuro.

Posicionando-nos desta maneira, podemos ser considerados, pelos leitores deste artigo, como pessoas fora da realidade, com ideias utópicas, impossíveis de se realizarem. Entretanto, registramos nossa convicção de que abandonar nossos projetos seria concordar com tudo o que está posto.

Referências

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade*: lembranças de velhos. São Paulo: Cia das Letras, 1994. p. 405-452.

CIAMPA, Antonio da Costa. Identidade. In: LANE, S.T.M.; CODO, W. (orgs.). *O homem em movimento*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 59-75.

_____. *A estória do Severino e a história da Severina*: um ensaio de Psicologia Social. São Paulo: Brasiliense, 1987.

DOTTA, Leanete Thomas. Representações sociais do ser professor. Campinas, SP: Alínea, 2006.

ERIKSON, Erik H. *Identidade, juventude e crise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Miniaurélio Século XXI Escolar*: o minidicionário da língua portuguesa. 4. ed. rev. ampliada. Rio de janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FREIRE, Paulo. Política e educação. São Paulo: Cortez, 1993.

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Trad. Maria Célia Santos Raposo. Petrópolis-RJ: Vozes, 1975.

KRAMER Sonia; SOUZA Solange Jobim. *Experiência humana, história de vida e pesquisa*: um estudo da narrativa, leitura e escrita de professores. Texto elaborado para ser apresentado na XVII Reunião Anual da Anped, maio de 1994.

LIBÂNEO, José Carlos. Pedagogia e pedagogos para quê? 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MELLO, Lucrécia Stringhetta. *Pesquisa interdisciplinar*: um processo em construção. Campo Grande-MS: Editora UFMS, 2004.

MORETTINI, Marly T. A constituição do professor e a atividade docente: implicações da psicologia histórico-cultural. In: URT, S. C. (org.). *Psicologia e práticas educacionais*. Campo Grande-MS: Editora UFMS, 2000.

MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais*: investigações em psicologia social. Trad. Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis-RJ: Vozes, 2003.

NÓVOA, Antonio. Vidas de professores. 2. ed. Porto-Portugal: Editora Porto, 1995.

PEREIRA, Marcos Vilela. *A estética da professoralidade*: um estudo interdisciplinar sobre a subjetividade do professor. São Paulo: PUC, 1996.

SACRISTÁN, Gimeno; GOMEZ, A.T.Pérez. *Compreender e transformar o ensino*. Trad. Ernani F. da Fonseca. 4. ed. São Paulo: Artes Médicas, 1998.

SEVERINO, Antônio Joaquim. O conhecimento pedagógico e a interdisciplinaridade: o saber como intencionalização da prática. In: FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. *Didática e interdisciplinaridade*. 5. ed. Campinas-SP: Papirus, 1998.

SOUZA, Clarilza Prado de Sousa. Estudos de representações sociais em educação. *Revista de Psicologia da Educação*, PUC, São Paulo, n. 14,15, p. 285-323, 1º e 2º sem. de 2002.

Recebido em junho de 2009. Aprovado para publicação em setembro de 2009.